

Waldisa Rússio: uma museóloga social

Inês Gouveia*
Priscila Faulhaber**

Recebido em: 08/08/2022

Aprovado em: 19/09/2022

Resumo

O artigo parte da trajetória da museóloga brasileira Waldisa Rússio para analisar as assimetrias entre homens e mulheres durante o século XX. A partir dos dados biográficos de Waldisa — mulher, branca, nascida em São Paulo na década de 1930, sua condição familiar, classe social, estudos, certificações etc. —, problematizamos as limitações impostas às mulheres naquele contexto. Por meio da comparação com biografias de outras mulheres e revisando uma literatura interdisciplinar, observa-se como a trajetória da paulistana se desenhou a partir das imposições sociais. Aludindo à sua atuação no campo museológico, observamos que mesmo em uma área com uma presença majoritária de mulheres, a dominação masculina se impôs. Destaca-se, por fim, a atuação e a concepção de Waldisa Rússio a respeito de uma museologia política e da concepção de políticas museológicas nas décadas de 1970 e 1980.

Palavras-chave

Mulheres; Museologia; Campo museológico; Política museológica.

Abstract

The article analyzes the asymmetries between men and women in museum during the 20th century based on the trajectory of the Brazilian museologist Waldisa Rússio. From the biographical data of Waldisa — woman, white, born in São Paulo in the 1930s, her family status, social class, studies, certifications etc. —, we problematize the limitations imposed on women in that context. By comparing biographies of other women and reviewing the literature on Brazilian Museology, we observe how the trajectory of the intellectual was drawn from social impositions. By alluding to her performance in the field, we observed that even in an area with a majority presence of women, male domination was imposed. Finally, Waldisa Rússio's performance and conception of political museology and the development of museum policies in the 1970s and 1980s stand out.

Keywords

Women; Museum studies; Museum policy.

* Doutora em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS-UNIRIO/MAST), mestra em Memória Social (PPGMS-UNIRIO) e historiadora (UERJ). Docente no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Atua no campo da museologia e do patrimônio com especial interesse em direito à memória e representação da diversidade cultural. Email: inescgouveia@usp.br. (<https://orcid.org/0000-0003-4783-9033>).

** Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. É professora na pós-graduação em antropologia social da UFAM e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Desenvolve projeto de pesquisa sobre a antropologia e a museologia do conhecimento tikuna em museus, com bolsa de produtividade 1D do CNPq (2022-2026), na área de Ciências Humanas/Antropologia. Atua principalmente nos seguintes temas: fronteiras e colonialismo; crítica da cultura e processos identitários; objetos fronteiriços em museus e meio ambiente. Email: priscila@mast.br. (<https://orcid.org/0000-0002-0251-5433>).

Introdução

“Continuam os museus, em sua ação educativa e cultural, no servilismo de atender aos ultrapassados programas escolares, reforçando o engano e o autoritarismo de uma instituição que vem sendo discriminadora e deslembando que este país tem 35 milhões de menores de rua?

Continuam, os profissionais de museus, falando apenas de si mesmos e para si mesmos? Que reconhecimento têm eles da sociedade? No universo de trabalhadores, como nos situamos e agimos?”

(Waldisa Rússio Camargo Guarnieri)

O presente trabalho partiu da trajetória de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri para analisar o campo museológico brasileiro.¹ Esta escolha se justificou pela projeção que a paulistana alcançou, ocupando diferentes posições neste campo: educadora; fundadora e coordenadora de diferentes instituições; articuladora da campanha pela regulamentação da profissão; teórica da Museologia, entre outras.²

Com o foco na relação de tal trajetória com o campo museológico, inicialmente parecia secundário demarcar questões de gênero — inclusive pelo fato de haver pouca evidência sobre a atenção dada por Waldisa a esta problemática. Também, a diferenciação entre homens e mulheres parecia uma questão secundária, considerando tratar-se de um campo em que a presença feminina é numericamente majoritária. Ao remontar ao contexto histórico em que Waldisa realizou as escolhas de sua vida, no entanto, foi impossível não considerar que seu lugar no campo esteve influenciado por sua situação de gênero e classe, e demais classificações sociais,³ que facilitaram ou limitaram as suas opções e escolhas na vida. Cabia indagar: mesmo em um campo em que a presença feminina é majoritária, as posições de poder ainda corroboram a lógica patriarcal?

Durante a pesquisa, para analisar a trajetória da paulistana em uma perspectiva de gênero, utilizamos como recurso a comparação com dados biográficos de outras 29 mulheres, nascidas por volta de 1935, em São Paulo.⁴ O exercício de teor prosopográfico — implicando o desafio de reunir dados biográficos publicamente disponíveis sobre mulheres⁵ — possibilitou observar recorrências entre as supostas “escolhas de vida”, condicionadas pelos pais, maridos e filhos. A análise destas recorrências foi amparada por pesquisas sobre a vida das mulheres ao longo do século XX, especialmente a respeito do acesso ao estudo e ao mercado de trabalho. Considerar as recorrências possibilitou também destacar as exceções e, para isso, as entrevistas realizadas com pessoas que conviveram com Waldisa foram fundamentais, a exemplo do depoimento de sua irmã, Leda Xavier Telles.⁶

Apresenta-se a seguir a contextualização da trajetória pessoal e profissional de Waldisa Rússio, para então refletir sobre a sua atuação no campo museológico.

(Wald)+(Isa)

Waldisa Rússio nasceu em 5 de setembro de 1935 em uma família de classe média empobrecida na cidade de São Paulo, onde viveu até 1990, quando faleceu. Foi filha de Isa Simões Pinto e Waldemar Rússio, que emprestaram as iniciais de seus nomes para compor o de filha. Isa, antes de se casar com Waldemar, foi casada anteriormente e teve uma filha desse primeiro matrimônio, Leda Xavier Telles.⁷ Além dessas duas filhas, Isa Simões Pinto teve posteriormente outros dois filhos, irmãos mais novos de Waldisa. Leda X. Telles contou que na infância morou com sua avó e avô maternos numa casa bem grande no bairro da Lapa, mas tiveram que se mudar porque ele “perdeu tudo”.⁸ Quando criança, Waldisa morou em Ibirarema, no interior do estado de São Paulo, acompanhando a mudança da família em razão do trabalho do pai. Do lado materno, os avós eram Lalica Simões Pinto e Arnaldo Simões Pinto. Sobre os avós, a única memória destacada pelos registros da museóloga trata deste avô materno. Mesmo sem tê-lo conhecido, Waldisa se orgulhava muito da inserção que ele havia tido na elite intelectual paulistana de sua época.

Simões Pinto viveu sua vida adulta no início do século XX em São Paulo. Era jornalista, poeta e, segundo Carlos Eduardo Entini, foi um dos responsáveis pela criação da Sociedade de Cultura Artística em 1912.⁹ Trabalhou para revistas que alcançaram expressão entre a elite artística e intelectual, juntamente com Guilherme de Almeida, Monteiro Lobato, Oswald de Andrade e outros. Simões Pinto tinha relações pessoais com Di Cavalcanti e foi junto com este, segundo Anita Malfatti, o responsável por convencê-la a realizar sua exposição de pintura moderna em dezembro de 1917. Conforme sabemos, trata-se do evento que se tornou uma espécie de eixo aglutinador das posições da primeira fase do Modernismo,¹⁰ a partir da repercussão da crítica de Monteiro Lobato.¹¹

Waldisa e seus irmãos não conviveram com Simões Pinto, mas ouviram muito a seu respeito. O avô ilustre faz parte do imaginário da família Pinto Rússio. Sobre sua morte, Leda narra as palavras da avó dizendo que ele premuniu que morreria “da gripe”. Nas suas palavras: “Meu avô era muito conhecido. Ele era amigo desse pessoal... A Waldisa adorava isso”.¹² A identificação de Waldisa Rússio com o “vovô” a motivou a fazer um estudo de sua biografia, reunindo material para escrever e realizar palestras sobre ele a partir de 1950,¹³ com menos de vinte anos de idade. Ainda como evidência desta identificação, alguns anos depois, Waldisa mobilizou esforços para comprar uma casa na rua que recebe o nome de seu avô,

aparentemente o único imóvel que adquiriu ao longo de sua vida. É perceptível que Waldisa reconheceu e reverenciou a tradição que a memória de Simões Pinto evocava. A figura de um intelectual influente nas ideias representativas de seu tempo, cujas relações estão na vanguarda do modernismo brasileiro, possivelmente soava para ela como uma inspiração, o ícone de uma carreira de valor. É possível que sua identificação com o avô tenha, em alguma medida, favorecido suas referências e relações com o campo cultural paulista, inclusive com artistas e intelectuais que o conheceram.

Leda X. Telles contou que Simões Pinto morreu prematuramente em 1918, em decorrência da pandemia de gripe espanhola. À luz do contexto atual, considerando a pandemia de Covid-19, é fácil compreender como a crise sanitária agravou os problemas econômicos e sociais das famílias menos abastadas e mesmo daquelas da classe média assalariada. A respeito do início do século XX, Sergio Miceli destaca que a profissão de jornalista correspondia à de escritor e conferia uma renda mensal “decente”,¹⁴ possivelmente capaz de assegurar moradia e alimentação em condições estáveis para um núcleo familiar com filhos. Essa era, portanto, a situação de infância da mãe de Waldisa. Entretanto, com a morte de Simões Pinto e sem a renda estável que pagava os gastos mensais, foi necessário, segundo contou Leda, que a avó passasse a trabalhar em um cinema no centro da cidade. Histórias de 1918, que Leda X. Telles ouviu de sua avó e de sua mãe, e que, ao relatar, fez questão de destacar: “era muito feio mulher trabalhar”.¹⁵ Em situações de separação ou morte, no caso das famílias que contavam com o salário mensal do homem como renda exclusiva, era frequente que a mulher se inserisse de modo precário no mercado de trabalho, mesmo sem experiência. Passava a ser dela a responsabilidade de sustentar a casa e zelar pelos filhos. Como consequência, os núcleos familiares empobreciam, pois, mesmo que mulheres com esse perfil gozassem de experiência e formação, seus salários seriam comparativamente mais baixos.

Considerando as condições de acesso ao ensino e as vias de profissionalização, o empobrecimento do núcleo familiar impactava diretamente na necessidade de os filhos trabalharem mais cedo e, conseqüentemente, na menor probabilidade de acesso às certificações mais disputadas e às posições mais bem remuneradas. Para além das questões materiais, diversos estigmas podem decorrer desse contexto, relacionados ao fato de mulheres adultas não estarem casadas.

Trajetória feminina: família e certificações

A respeito da estrutura de organização do ensino e sobre como as mulheres se inseriram nesse contexto das certificações, Heleieth Iara B. Saffioti afirma que na primeira metade do século XX no Brasil:

Como falhasse a República no estabelecimento de um sistema orgânico e integrado de educação nacional, assentado no princípio da laicidade de ensino consagrada na Constituição, persistiam suas deformações antigas de graves consequências: a já passada em revista dominação da Igreja Católica e o hiato entre os dois sistemas escolares — o que fornecia instrução e qualificação profissional às classes populares e aquele destinado a formar as elites dirigentes. Como já se mencionou anteriormente, dadas as circunstâncias que cercaram a vida da mulher brasileira, era reduzido o número de elementos do sexo feminino que, antes de 1930, se deixaram absorver pelo segundo sistema de ensino, nele diplomando-se.¹⁶

A autora aponta a discrepância entre o número de homens e mulheres em vários cursos e carreiras, evidenciando como, em alguns casos, a predominância feminina estava vinculada à perda de status do curso ou ao perfil de conhecimento considerado feminino. Esse era o caso da formação em Música, por exemplo, que em 1929 registrava em São Paulo 269 matriculados do sexo masculino e 1.694 do sexo feminino.¹⁷ No curso de Ciências Jurídicas, no mesmo ano, a ordem era de 711 matriculados do sexo masculino para a 4 do sexo feminino. Objetivamente, Saffioti afirma que as mulheres até a década de 1930 não haviam penetrado nas escolas superiores em números significativos e é certo que as exceções estavam entre as mulheres das famílias brancas, economicamente melhores colocadas. Segundo a autora, após a estruturação das competências do Estado quanto aos parâmetros básicos da educação no país na década de 1930, houve um aumento considerável de escolas, vagas e alunos nos cursos secundários. Essas transformações marcaram a vida escolar de Waldisa e de seus irmãos. Destaca-se, porém, que mesmo em um contexto de ampliação a diferença social entre os gêneros seguia sendo reforçada, conforme se observa na seção sobre o ensino secundário feminino da Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 9 de abril de 1942:

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. *É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina* [grifo da autora].
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será *a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas* [grifo da autora]. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de *economia doméstica* [grifo da autora].

4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza *da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar* [grifo da autora].¹⁸

Conforme afirmou Leda X. Telles, Waldisa cursou seus estudos primários em uma tradicional escola pública, hoje chamada Escola Estadual de São Paulo.¹⁹ Fundada em 1894, foi o primeiro ginásio do estado que recebia alunos de vários locais da cidade, matriculados após um concorrido exame admissional. Ela ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Largo de São Francisco, com vinte anos de idade. Segundo ela afirmava, ministrou aulas de Francês, Português e História do Brasil em cursos particulares, antes de se formar em Ciências Jurídicas em 1959. É provável que esses trabalhos servissem para auxiliar nos gastos que pesavam no orçamento familiar. Destaca-se que Waldisa Rússio pôde privilegiar os estudos; ela foi a única entre os irmãos que fez curso superior, mesmo considerando que tinha dois irmãos homens. Tomando por analogia as análises de Miceli, a condição de Waldisa pode ter sido beneficiada por sua idade, uma vez que era mais velha que seus irmãos, e, possivelmente, seus pais ainda estavam casados nos anos iniciais da graduação. Waldemar morreu em 1963, quando Waldisa tinha 28 anos de idade.

O aumento da escolarização, inclusive com relação ao nível superior, foi um dos aspectos fundamentais nas transformações ocorridas no século XX. Para Eric Hobsbawm, países como Brasil, Índia, México, Filipinas e Estados Unidos foram “pioneiros na educação universitária em massa a partir de 1945”.²⁰ Heleieth Iara B Saffioti registra o número crescente de faculdades a partir da década de 1930 e, conseqüentemente, o aumento do número de formados de ambos os gêneros, permanecendo maior o número de homens. Para Miceli, a situação “inflacionária do mercado de diplomas superiores”, inclusive pela abertura de instituições particulares, abalou a reserva de postos de trabalho que se fazia para um grupo dominante, que frequentava as instituições mais tradicionais de ensino. Por outro lado, pelo aumento da concorrência, a simples obtenção do diploma deixava de ser garantia de colocação política, social e econômica.²¹

Combinando a tese de Hobsbawm com a análise de Saffioti e de Miceli, observa-se que o aumento no número de cursos teve impactos diferentes sobre as carreiras e profissões. Essa relação não é apenas regulada em termos da quantidade de certificações e diplomas que se adquire, mas também quanto à garantia de acesso ao mercado de trabalho e nível de rentabilidade. De acordo com o argumento de Saffioti, as profissões mais concorridas estavam destinadas ao universo masculino, o que também se observa nos dados da imagem a seguir:

	1956	1961	1966	1971
Engenharia	2 (8 223)	2 (11 423)	2 (26 595)	3 (39 433)
Agronomia	3 (1 274)	4 (2 165)	5 (4 839)	7 (6 404)
Veterinária	3 (730)	6 (833)	10 (1 991)	13 (2 743)
Ciências Econômicas e Adm. de Empresas	6 (6 354)	7 (10 071)	11 (24 027)	15 (52 218)
Direito	12 (20 607)	15 (23 519)	21 (36 363)	25 (76 906)
Arquitetura	14 (1 629)	16 (1 646)	27 (2 774)	36 (4 591)
Odontologia	17 (4 808)	19 (5 572)	29 (6 794)	35 (8 571)
Medicina	20 (12 650)	12 (10 365)	16 (17 152)	24 (30 990)
Farmácia	34 (1 621)	28 (2 427)	42 (2 619)	50 (4 185)
Física, Química, Matemática e Biologia ^{a)}	38 (2 852)	38 (3 595)	42 (7 637)	49 (34 310)
Comunicações	38 (461)	44 (517)	52 (1 436)	52 (4 305)
Educação Física	46 (586)	36 (544)	44 (1 140)	44 (8 615)
Letras, Ciências Humanas e Filosofia ^{b)}	67 (10 555)	69 (17 756)	73 (35 785)	77 (114 975)
Serviço Social	77 (1 194)	83 (1 578)	90 (3 121)	95 (6 352)
Enfermagem	99 (1 592)	99 (1 606)	95 (1 266)	94 (2 882)
TOTAL	26 (78 659)	29 (98 892)	31 (180 101)	40 (561 397)

FONTE de dados brutos: MEC. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. *Síntese Estatística do Ensino Superior* (1956, 1961, 1966, 1971).

NOTA:

1. Dos cursos classificados em "Filosofia, Ciências e Letras", são apresentadas duas categorias:
a) Física, Química, Matemática e Biologia.

Tabela 1. Porcentagem de mulheres entre os alunos matriculados no ensino superior no início dos anos 1956, 1961, 1966 e 1971, Brasil. Fonte: Barroso & Mello.²²

Observa-se que o percentual de mulheres cresceu paulatinamente nos cursos, de modo desigual, de acordo com a valorização da carreira. Também fica evidente que algumas profissões foram historicamente “reservadas” às mulheres, a exemplo de enfermagem e serviço social. Essa análise é importante para compreendermos a desvalorização de determinados trabalhos e profissões, especialmente aqueles relacionados ao que se compreende como cuidado, associado ao trabalho doméstico.

Longe de ser um traço íntimo do escopo das relações conjugais, a limitação do papel da mulher esteve formalmente instituída a partir do matrimônio, pois, segundo o Código Civil de 1916 — que nesse aspecto só foi alterado em 1962²³ —, o homem era o chefe da família e era dele a responsabilidade pela administração dos bens, como como tinha também o direito de fixar e mudar de domicílio. Cabia à mulher, portanto, seguir o marido. Em uma perspectiva legal e moral, ao marido também era facultado autorizar ou não o exercício profissional da mulher e, dentro dessa lógica, era dele a obrigação de prover economicamente a família.

É importante remarcar como a estrutura da família, em suas relações, condições sociais e materiais, criam circunstâncias que favorecem ou desfavorecem as trajetórias dos sujeitos. O apoio e a participação dos pais na vida dos filhos não se dão apenas no sentido afetivo e simbólico. Os laços familiares são uma forma jurídica a partir da qual um grupo de indivíduos partilha seus recursos materiais e sua rede de relações, além, é claro, uma história e uma tradição patriarcal, evidente nos sobrenomes.²⁴ A posição social e econômica desse modelo idealizado de família do século XX no Brasil é condição para heranças e relações sociais, escolha de carreiras e apadrinhamentos na vida profissional. Há condições objetivas que informam, numa equação que poderia ser matematicamente expressa, ainda que com variáveis, as chances de um indivíduo X, no contexto de determinada classificação social, fazer o curso superior Z, escolher uma carreira W e ocupar determinados cargos ao longo de sua trajetória.²⁵

Tendo adentrado o mercado formal de trabalho no século XX, inclusive quando autônomas em sua vida econômica, as mulheres ainda eram tratadas como extensão “do lar”. Mesmo Waldisa Rússio, com uma carreira comprovadamente profícua, não escapava disso. Conforme a imagem de um registro de 1989, quando ela já havia alcançado reconhecimento profissional internacional, havia ainda uma naturalização da condição de “senhora do lar”:

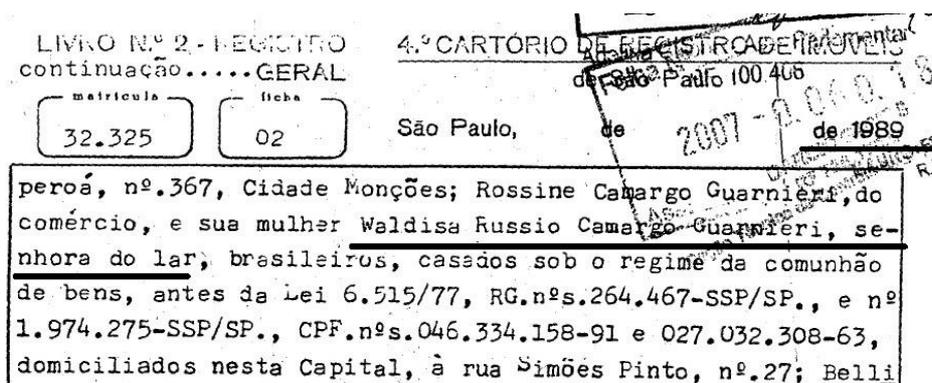


Figura 1. Trecho do espólio de Arizia Guarnieri, sogra de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Todas as mulheres são descritas como “senhoras do lar”. Fonte: Documento disponível no site da Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/2012/00/00/OH/13/00000H13P.PDF>. Acesso em: 28 Fev. 2017.

Estas evidências nos sugerem que os limites sociais impostos a outras mulheres, evidentes na comparação das biografias e na literatura sobre o tema, foram análogos àqueles impostos a Waldisa para transitar no espaço público, se profissionalizar, ser ouvida, seguir seus estudos e assumir lugares de destaque, num contexto estruturado segundo uma ordem patriarcal e machista.

Waldisa Rússio: formação e trabalho

Waldisa Rússio cursou Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde ingressou com vinte anos, direto do ginásio. Antes e durante o bacharelado se dedicou a trabalhos que talvez complementassem a renda familiar e que possivelmente davam a ela alguma autonomia em sua vida. Em 1958, um ano antes de se formar, Waldisa estagiou no Centro Acadêmico XI de Agosto,²⁶ prestando serviço jurídico gratuito. Esse era um importante núcleo de produção e repercussão do debate político paulista e nacional, correspondendo ao status da própria faculdade, que fora fundada em 1827 e integrada à USP, quando da fundação desta em 1934.

Waldisa concluiu o curso na turma de 1959, com mais 267 pessoas, dentre as quais apenas 20% eram mulheres. Esse índice é um pouco menos desproporcional do que o índice nacional, considerando os dados do Ministério da Educação, segundo os quais, em 1961, as mulheres representavam 12% dos alunos e só em 1971 passaram a 25%.²⁷ Uma perspectiva de ampliação que corrobora o aumento geral da oferta e demanda de ensino e traduz a então crescente presença de mulheres nos bancos do ensino superior. Com a escolha pelo curso de Ciências Jurídicas, Waldisa — juntamente com outras mulheres — transpôs uma norma social que ainda vigorava no senso comum sobre esse perfil de conhecimento e de essa profissão se destinar a homens. Na perspectiva de Barroso e Mello:

A decisão por um destino profissional discrepante das normas que regulam os papéis sexuais associa-se, provavelmente, com capacidade e motivação acima da média. Além disso, a jovem que escolhe uma carreira não convencional para a mulher superou de algum modo oposições mais ou menos ostensivas da parte de pessoas significativas com quem convive.²⁸

O “ponto fora da curva” (que poderia ser explicado pela identificação com o destino de quem almeja tornar-se elite dirigente) encontra versões que compreendem as subjetividades que compõe um indivíduo. O perfil de Waldisa Rússio que se desenha pelos arquivos e por meio da memória de quem a conheceu é certamente o dessa mulher apontada por Barroso e Mello: interessada em desafiar a norma imposta, enérgica, estratégica, firme e apaixonada. Possivelmente suas decisões, dentro de seu espaço de possibilidades, também se guiaram por esse espírito inquieto. Cursar Ciências Jurídicas pode ter relação com uma dessas escolhas de superação e de transformação, mas não se restringiu a isso.²⁹

A ampliação do número de mulheres no ensino superior esteve diretamente relacionada à mudança das condições do trabalho feminino; pelo menos de parte das mulheres. Conforme

explicita Teresa Cristina Novaes Marques, entre 1932 e 1933 as principais reivindicações trabalhistas diziam respeito à garantia de licença e manutenção do emprego pós-parto, à igualdade salarial, à igualdade de condições para empregos e carreiras públicas e ao fim da restrição ao trabalho de mulheres casadas.³⁰ Essas reivindicações exprimem mais diretamente as condições de mulheres brancas que, por motivos diversos, haviam acessado alguns direitos historicamente reivindicados pelo feminismo.³¹

Na década de 1950, o trabalho remunerado das mulheres, fora do ambiente doméstico, era uma realidade mais frequente, mas ainda assim não deixava de estar circunstanciada pela compreensão de um destino vocacional ou mesmo pela contingência do casamento. Isso incluía, quase como imposição, a administração cotidiana da casa e a educação das crianças. Waldisa Rússio não escapou disso. Não teve filhas(os) — o que pode ter influenciado na continuidade de sua vida profissional pública —, no entanto, era também a administradora da casa. Segundo contam as entrevistadas que tiveram um contato mais cotidiano com ela, seu marido — vinte anos mais velho³² — exercia algum controle sobre sua vida pessoal e profissional, além de dispor cotidianamente de seu tempo e de seus serviços.³³ Nessa dupla ou tripla jornada, e com diversas outras restrições e imposições, considerando ainda os índices de emprego e renda do século XX, mesmo em uma atividade profissional contínua as mulheres pouco acessavam os cargos de comando e, eventualmente, acabavam atuando em ambientes majoritariamente masculinos, como é possível notar na imagem a seguir.

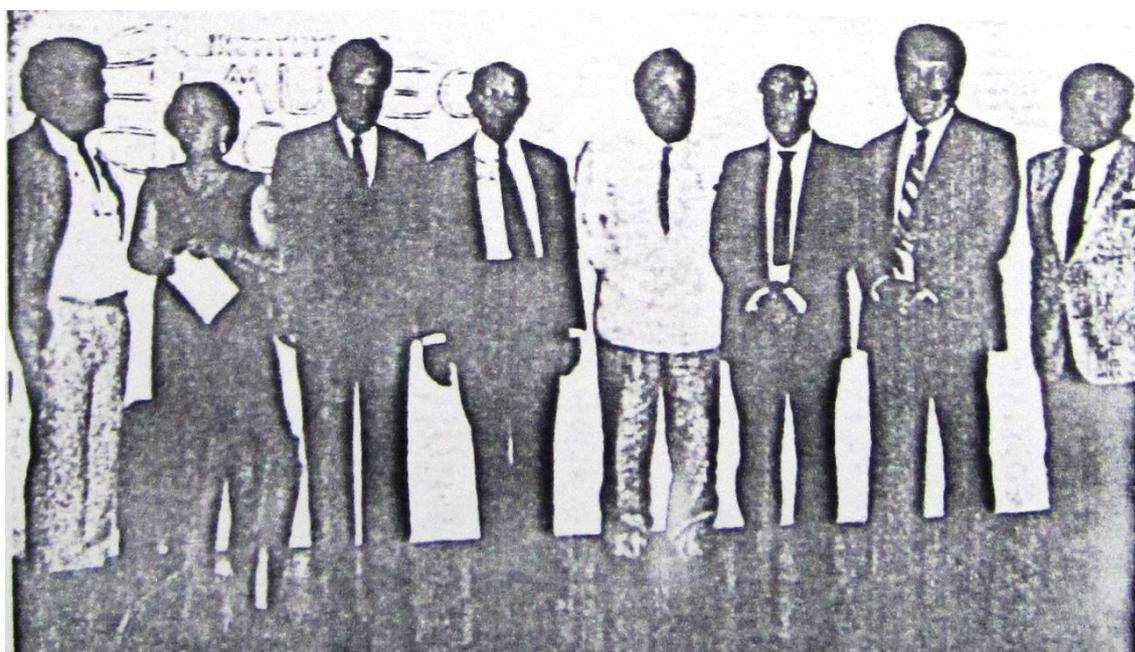


Figura 2. Waldisa Rússio entre outros profissionais homens.³⁴ Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, cx. 2-06 ASSPAM FESP.

Waldisa Rússio certamente alcançou o reconhecimento profissional mais tarde do que os homens de sua geração, ocupando posições consideradas acessórias (designadas por secretarias e assessorias), realizando atividades de destaque e, ao mesmo tempo, sendo “comandada” por homens que ocupavam as posições de comando.

Esse privilégio concedido aos homens se observa, inclusive, nos campos profissionais considerados femininos pela presença numericamente maior de mulheres. Isso é fato no campo museológico no Brasil. Mesmo em uma análise superficial, não é difícil observar que, ao longo do século XX, eram os homens os agentes proeminentes à frente de museus de alcance regional e nacional, ocupando os cargos administrativos ligados ao patrimônio e à Museologia. Tem-se a evidência dessa composição de gênero no campo museológico por meio do Encontro Nacional de Diretores de Museus, realizado em 1975, no então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. A publicação do evento registra que:

Os temas gerais foram desenvolvidos por alguns dos mais ilustres estudiosos da nossa cultura. O diretor do Centro Nacional de Referência Cultural, Aloísio Magalhães, falou sobre as atividades que vêm sendo desenvolvidas pela entidade. Sobre Museu e Educação, falou o professor Lourenço Luiz Lacombe, diretor do Museu Imperial. O arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, discorreu sobre Museu e Preservação do Patrimônio Cultural. O museólogo Gerardo Brito Raposo da Câmara, diretor do Museu Histórico Nacional e presidente da ONICOM, abordou o tema Formação Profissional e, finalmente, o sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre falou sobre Museu e Pesquisa.³⁵

Conforme se observa, todos os “ilustres estudiosos” eram homens. Os sete grupos de trabalho foram coordenados apenas por homens e a comissão de honra do evento também foi composta por seis homens. Na comissão executiva estavam seis pessoas, da posição de presidente até a quinta posição – denotando hierarquia de prestígio e poder de tomar decisões: todos eram homens. A única mulher que participou da organização do evento foi a museóloga Heloisa Maria Galvão, do então Museu de Arte Didática de Natal, que assumiu o posto de “secretário”.³⁶

Anos depois, as vozes majoritárias do campo se colocaram durante o I Encontro de Museólogos do Nordeste na mesma Fundação Joaquim Nabuco em Recife. A imagem a seguir expõe o registro de um momento fundamental do debate que antecedeu a regulamentação da profissão de museóloga/o.³⁷



Figura 3. I Encontro de Museólogos do Nordeste. Sessão plenária com a temática “O museólogo e o mercado de trabalho no campo da Museologia”, agosto de 1982.³⁸

Durante essa sessão plenária, Waldisa Rússio defendeu que a formação em nível de pós-graduação também deveria ser aceita para certificar a condição de museólogo. Esse evento marcou ainda a aproximação entre as posições defendidas por profissionais de São Paulo e da Bahia. Até a regulamentação, cerca de dois anos depois deste evento, acaloraram-se os debates sobre o perfil e as competências, os saberes e as características das pessoas que poderiam ser certificadas como profissionais do campo.

Quem é (a) museóloga?

A formação de museólogas mulheres foi numericamente majoritária nos diversos cursos existentes pelo país, como demonstram, por exemplo, as análises a respeito de estudantes egressas(os) do curso de museus do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, feitas por Ivan Coelho de Sá e Graciele Karine Siqueira.³⁹ Conforme argumentamos anteriormente, esse “destino” estava relacionado a uma expectativa incerta sobre a colocação no mercado de trabalho e, nessa direção, a uma baixa expectativa de remuneração equivalente às necessidades do sustento de um núcleo familiar. Ou seja, a carreira museológica gozava de baixo prestígio na hierarquia das profissões, ainda que houvesse um capital simbólico, advindo do status da cultura, da intelectualidade e das artes, ligado à aura das coleções. Na perspectiva técnica da conservação, os conhecimentos e atividades relativos aos bens culturais materiais também se associavam aos supostos talentos dos cuidados femininos. Da mesma forma, é factível considerar que algumas das mulheres que estudaram Museologia, por aparente escolha ou por imposição de seus “responsáveis”, o fizeram para melhor se

ocuparem “dos cuidados” das coleções privadas de suas famílias. Essa perspectiva tem correspondência com a memória e análise de Maria Célia T. Moura Santos a respeito das alunas que cursavam Museologia na Universidade Federal da Bahia, nas décadas de 1970 e 1980:

Vão fazer porque gostam de arte ou porque gostam de decoração ou querem conhecer como identificar uma prata, um mobiliário, uma porcelana ou porque tinham coleções nas suas famílias ou porque, vamos dizer entre aspas, moças bem criadas e com o nível social e econômico alto e que tinham interesse por arte.⁴⁰

Conforme o senso comum, enquanto os homens eram chamados de “doutores”, para exprimir seu prestígio social, mesmo sem correspondência com seu nível de formação certificado, as mulheres eram as “donas”, identificadas a um conhecimento técnico, assessorio, que remetia ao ambiente doméstico. Waldisa Rússio impôs sua condição de doutora, inclusive por ter cursado mestrado e doutorado, entre 1977 e 1980. Seu reconhecimento dentro e fora do campo museológico brasileiro pode ser observado pelo tom de progressiva deferência presente nas correspondências recebidas por Rússio entre os anos 1970 e 1980. A certificação resultante do doutorado foi um diferencial na trajetória da paulistana, considerando que naquele contexto a formação predominante no campo museológico ia até o nível da graduação. Outro capital simbólico que ela aparentemente cultivou para alcançar ressonância entre outras e outros agentes da Museologia nacional foi a carreira internacional, que começou na década de 1970 e se intensificou na década seguinte.⁴¹

As políticas

Ao analisar as contribuições de Waldisa Rússio para o campo museológico, além de particularizar sua atuação, buscamos compreender como ela foi afetada pelas correlações de força que estruturaram esse campo durante sua vida e, ao mesmo tempo, como ela as refratava. Essas forças envolvem a formação, a classe social, a rede de relações, os regionalismos e, entre outras coisas — como é o mote aqui — as condições impostas em razão do gênero. Waldisa Rússio é uma personagem fundamental, entre outras mulheres de diferentes épocas, para a compreensão da noção de museu, Museologia e museólogo(a) que se forjou no cenário brasileiro e latino-americano até o século XXI.⁴² Neste terreno, a contribuição das mulheres nem sempre se aviva na narrativa histórica do campo. Eclipsar suas trajetórias enfraquece seus debates, avanços e conquistas. Nessa direção, consideramos que a

não retomada das perspectivas de Waldisa contribui para a desvalorização da dimensão política e social da Museologia brasileira.

Foram muitas as frentes em que Waldisa Rússio atuou, como sujeito de seu contexto, com suas contingências e condições. Suas contribuições à Museologia brasileira seguem reverberando nos dias atuais, por meio de uma geração de agentes que ela formou e influenciou principalmente em São Paulo, mas não só.⁴³ Sua produção escrita é um legado importante e também uma síntese excepcional sobre os debates da Museologia brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Suas perspectivas a respeito da democratização do patrimônio compõem o arcabouço a partir do qual essa temática foi retomada entre 2000 e 2016, com consequências concretas para a política museológica nacional.

Há diversas evidências em sua trajetória acerca do esforço que ela fez para problematizar a função social dos museus de São Paulo e do Brasil. Waldisa defendia o museu enquanto instituição de interesse público, numa perspectiva de exercício de cidadania e da consciência de classe. Ela argumentava, por exemplo, que os museólogos deveriam ser trabalhadores sociais, conscientes e a favor da transformação da sociedade.⁴⁴ Suas indagações museológicas e patrimoniais problematizavam a desigualdade presente na realidade brasileira — como se observa na epígrafe deste artigo. Isso também foi coerente com seu engajamento na vida política do país, especialmente na década de 1980, quando, por exemplo, participou das grandes manifestações pelas “Diretas Já”, estimulando a participação de estudantes e membros da Associação Paulista de Museólogos (Asspam).⁴⁵

Politicamente idealista, ou politicamente utópica — conforme o termo que ela empregava —, e pragmaticamente engajada, Waldisa também se empenhou no debate e formulação de políticas museológicas. No âmbito local, por exemplo, em março de 1983, representando a Associação de Trabalhadores de Museus,⁴⁶ escreveu ao secretário de Cultura do Estado de São Paulo para reivindicar as bases de formulação da política para o campo:

A Associação Trabalhadores de Museus vem à presença de V. Exa. para sugerir e reivindicar:

1. A urgente necessidade de elaboração de uma política cultural na qual o povo seja considerado em seu verdadeiro papel de criador e não apenas consumidor passivo de uma produção alheia a ele;
2. Conseqüentemente, essa política não poderá ser elaborada sem a prévia audiência e efetiva participação dos segmentos organizados da sociedade civil, incluindo a colaboração dos técnicos, considerados trabalhadores sociais; (...)
4. Particularmente, no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural, lembrar que se impõe a revisão das leis estaduais que regulam a matéria, a reorganização dos organismos voltados para a preservação da herança cultural e a criação de quadros multiprofissionais selecionados democraticamente; (...)

6. Uma política museológica que:

a) defina o museu como uma instituição permanente, a serviço da sociedade, com equipe profissional, e dedicado à coleta, pesquisa, guarda e difusão, sobretudo através de exposições, dos testemunhos do homem e do seu meio, com a finalidade de estudo e educação, recreação e prazer.

b) vincule a criação de museus a prévios estudos e à consulta à comunidade de que ele deve resultar e sobre a qual deve agir; (...).⁴⁷

Nesse documento destaca-se a ênfase dada à necessidade de se debater de forma participativa e ampliada as bases das políticas públicas para o campo. O mesmo tom foi utilizado em outro documento levado ao Ministério da Cultura, em 1985. Na ocasião, além de Waldisa Rússio (representando a Asspam), o documento foi assinado conjuntamente pelos representantes do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM-Brasil) e da Associação de Museólogos da Bahia (AMB). No documento, a demanda expressa era a formulação de uma política cultural e museológica que partisse da escuta dos segmentos profissionais e artísticos, e da sociedade como um todo. Novamente se tratou da necessidade de estabelecer uma política de preservação do patrimônio cultural. Além disso, foram apontadas críticas com relação à situação dos museus, à falta de critérios para a criação de instituições novas e à falta de verba para a manutenção das existentes. Os diferentes profissionais do campo argumentavam ainda que, na maioria das vezes, os museus serviam apenas aos turistas e a uma “elite intelectualizada”. O texto declara também que, dadas as condições em que estavam, os museus não eram capazes de ter uma atuação dinâmica junto à sociedade.

Outro contexto que evidencia a forma como Waldisa entrelaçou a política museológica a uma museologia política se deu em 1984, em um seminário organizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) de São Paulo, que teve ressonâncias no campo estadual e nacional do patrimônio.⁴⁸ O registro do evento está publicado no livro *Produzindo o passado* e é uma referência seminal para compreender a ampliação do sentido de patrimônio que se operou entre as décadas de 1970 e 1980. Na ocasião Waldisa afirmou:

Durante muito tempo se preservou com os conceitos de uma determinada classe, pretendendo que a maioria aceitasse esses conceitos, o que, realmente, não é possível; então, a preservação não tem autenticidade exatamente porque ela não é o resultado técnico de um trabalho comunitário, ela não é o resultado político de uma ação social. Realmente aqui reside todo o erro que até hoje nós temos notado, ou pelo menos o erro principal, o mais grave, nas atitudes, nos mecanismos da política de preservação, nos mecanismos da política museológica. Aliás, política não existe ou, talvez, existindo uma política, seja exatamente uma política para se preservar o *status quo*, e conduzir toda a sociedade com uma leitura do passado, de um passado hermético de uma classe social.

Acho que é o momento de recuperarmos essa dinâmica cultural, essa dinâmica do social, acreditar no processo de abertura que se anuncia e conquistá-la a cada dia. Acho que memória, preservação, musealização são atos políticos e temos de assumi-los como tal, e são atos e espaços de conquista e não dádivas de ninguém. Só podem realmente fazer museus autênticos na medida em que eles se inspirem na comunidade.⁴⁹

Ou seja, Waldisa Rússio tece uma crítica aos museus e aos patrimônios que naturalizaram-se como meios de afirmação e reprodução de uma determinada classe social. Ela explicitou a impossibilidade de que estas instituições, que operam a memória social, se esquivem de uma atuação política. Trata-se de um discurso corrente no campo atualmente, bastante semeado, como temos observado, por uma geração bastante influenciada por Waldisa e que forma, por diferentes caminhos, outras gerações.

Considerações finais

Percebemos, conforme as análises anteriores, que as mulheres enfrentaram — e seguem enfrentando — barreiras sociais que limitam e condicionam suas trajetórias, especialmente seu trânsito no espaço público. Se assim foi para Waldisa — socialmente compreendida como mulher branca, heterossexual e de classe média, vivendo na maior das capitais —, foi e é exponencialmente mais difícil para mulheres negras, indígenas, pobres, lésbicas, transexuais, com deficiência, que vivem em outros recônditos do país... As trajetórias estão inescapavelmente inseridas nos entraves estruturados de cada tempo histórico. A superação individual de um ou outro obstáculo pode — erroneamente — favorecer a relativização da força desses condicionantes existentes sobre as mulheres, e mesmo obliterar um esforço extra que se traduz, por exemplo, em jornadas de trabalho muito mais longas, que impactam a condição de saúde, lazer, autonomia, enfim, as condições objetivas de vida. Waldisa morreu aos 54 anos, meses após o falecimento de seu marido, enquanto idealizava reduzir significativamente sua carga de trabalho com a aposentadoria de seu posto de funcionária do estado de São Paulo.⁵⁰

Dessa forma, pensar nas estruturas sociais que condicionam as trajetórias de agentes do campo museológico pode ser útil para compreender os sentidos construídos em torno dos museus e da Museologia. Esse exercício amplia a condição de se investigar como o campo forjou e forja suas instituições e disputa seus poderes. Possibilita observar como as instituições e profissionais debatem e fixam suas concepções de história, memória, cultura e direitos. Assim, buscou-se também o exercício que Waldisa propunha: refletir sobre como esse nosso campo de conhecimento e atuação reproduz ou transforma as estruturas do mundo em que se insere.

Estudar uma trajetória é também uma excelente oportunidade para observar as regularidades e exceções — construídas por fragmentos da vida real. Cruzamentos entre escolhas e possibilidades. Caminhos e atalhos que se colocam, ou não, a partir de uma estrutura prévia à existência dos sujeitos. A trajetória de Waldisa foi a composição de uma personalidade ativa, carismática, com disposição física e mental para o trabalho, entre outras qualidades, inserida em um contexto social sexista, em uma sociedade racista, desenvolvimentista, em um momento em que o capitalismo buscava aglutinar as desigualdades, como se observa nas transformações das relações de trabalho, por exemplo.

Hoje, a relevância de Waldisa Rússio para o pensamento museológico brasileiro é bastante reconhecida e objeto de diferentes estudos. Entre as décadas de 1990 e 2010, no entanto, houve um período de alguma indiferença com relação a seu pensamento e atuação. Quanto desse alheamento pode estar relacionado com a condição feminina de Waldisa? A não retomada de suas ideias também pode resultar dos dissensos que ela protagonizou. Dessa forma, indagamos: alguma mulher em condições análogas poderia ter êxito profissional sem se indispor? São questões que justificam e atualizam o sentido de estudar Waldisa Rússio e as demais mulheres que atuaram e atuam no campo museológico.

Nas décadas de 1970 e 1980, Waldisa Rússio aliou sua condição profissional potente, em termos de certificação, anos de experiência de trabalho, emprego estável e uma rede de relações nacionais e internacionais, a uma oportuna reconstrução da estrutura política do país. É frutífero observar as condições que esses contextos trouxeram e que o tempo e as lutas não de trazer novamente. Dessa forma, esperamos que o diálogo apresentado aqui coopere na construção de novos caminhos. Seguimos!

Notas

¹ Pesquisa orientada por Priscila Faulhaber, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), juntamente com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Cf. GOUVEIA, Inês. *Waldisa Rússio e a política no campo museológico*. Tese de doutorado em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018.

² Cf. BLEZER, Léa. *A tecitura de uma museologia paulista: tramas do ensino pós-graduado em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Museologia. São Paulo: Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo/Universidade do

Estado de São Paulo, 2017; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. 2 vols. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Comitê Brasileiro do ICOM, 2010; DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. “Ondas do pensamento museológico brasileiro”. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: ULHT, nº 20, 2003.

³ Demais condições associadas a estas, no contexto da hierarquia imposta pelas classificações sociais, a exemplo de ser socialmente lida como branca, heterossexual, não ser uma pessoa com deficiência, viver em um contexto urbano, no centro econômico do país etc...

⁴ O quadro comparativo das biografias foi elaborado a partir de dados provenientes de depoimentos cedidos ao Museu da Pessoa e consultados no site da instituição (<https://museudapessoa.org/>), do site da Academia Paulista de Letras (<http://www.academiapaulistadeletras.org.br/>), do projeto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico “Pioneiras da Ciência no Brasil” (<http://memoria2.cnpq.br/web/guest/pioneiras-da-ciencia1>) e da seguinte obra: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

⁵ Cf. SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTERIO, Maria de Lourdes. “Mulheres, arquivos e memórias”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº 71, Set. 2018, p. 19-27. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742018000300019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 Nov. 2020.

⁶ Além de Leda Xavier Telles, foram entrevistados para a pesquisa: Marcelo Mattos Araújo, Maria Inês Coutinho, Maria Célia Teixeira Moura Santos, Maria Cristina Oliveira Bruno, Maria Pierina Ferreira de Camargo, Mário de Souza Chagas, Marília Xavier Cury e Ricardo Bógus.

⁷ Durante a pesquisa de doutorado, Leda Xavier Telles era, por parte da família, a responsável pelos assuntos relativos ao acervo de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Em 2018 ela esteve no 10^o Encontro Paulista de Museus, realizado pelo Sistema Estadual de Museus de São Paulo, ocasião em que este órgão fez uma homenagem a Waldisa, com o lançamento da Medalha de Mérito Museológico Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, concedida naquela ocasião à Ulpiano Bezerra de Meneses. Leda nasceu seis anos antes de Waldisa. O contexto do primeiro casamento de Isa não foi objeto da pesquisa, mas segundo o depoimento de Leda, Isa tinha aproximadamente quinze anos, por volta de 1928, quando se casou com o pai de Leda que era peruano. É importante considerar o possível peso social de um segundo casamento para as mulheres na década de 1930. Sobre os irmãos mais novos, filhos de Waldemar, a diferença de idade com relação a Waldisa era de quatro e dez anos. Além de Waldisa e sua mãe Isa, também são falecidos os irmãos mais novos.

⁸ TELLES, Leda X. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo/SP, Out. 2016.

⁹ ENTINI, Carlos Eduardo. “Sociedade de Cultura Artística surgiu contra a ‘estagnação da arte’”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 Set. 2012. Sobre a instituição que seguia ativa em 2017, cf.: <http://www.culturaartistica.com.br>. Acesso: 05 Mar. 2017.

¹⁰ CAMARGOS, Marcia. *Semana de 22 - entre vaias e aplausos*. São Paulo: Boitempo, 2002.

¹¹ TRIZOLI, Talita. “O caso Lobato x Malfatti: contendas de gênero e estética na década de 1920 no Brasil”. *19&20*, Rio de Janeiro, vol. IX, nº 2, Jul./Dez. 2014. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/criticas/amalfatti_lobato.htm. Acesso em: 21 Ago. 2015.

¹² TELLES, Leda X. Op. cit.

¹³ Idem. Dado também evidente no currículo que Waldisa elaborou. Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio, código de referência: WR-DC-FAM-133.

¹⁴ MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 54.

¹⁵ Conforme sabemos, a lógica capitalista estrutura as relações de trabalho e produção, hierarquizando os valores atribuídos a essas relações e aos sujeitos nelas implicados. O valor, o sentido moral, as permissões e condições do trabalho de mulheres estiveram historicamente associados ao seu lugar na hierarquia das classificações sociais. É equivocado o senso comum de que a mulher entrou no mercado de trabalho no século XX. Essa é a realidade da mulher branca de classe média ou das elites econômicas, que acessaram o mercado formal de trabalho, nessa associação com a ampliação da formação escolar. Cf. HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018; GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 38-50.

¹⁶ SAFFIOTI, Heleieth Iara B. *Emprego doméstico e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 216-217.

¹⁷ Idem, p. 219.

¹⁸ BRASIL. Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 9 de abril de 1942.

¹⁹ TELLES, Leda X. Op. cit.

²⁰ HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 290.

²¹ MICELI, Sergio. Op. cit., p. 116.

²² BARROSO, Carmem Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. “O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro”. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, XXVII, 1975. Belo Horizonte: *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, 1975, p. 51.

²³ BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Trata-se do Artigo 233, Capítulo II, Dos Direitos e Deveres do Marido, que foi alterado pela Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. O Código Civil foi substituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

²⁴ Referimo-nos aqui ao modelo de família patriarcal instituída com a modernidade ocidental, a partir da lógica colonial. Cf. ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.

²⁵ Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

²⁶ Conforme o currículo de Waldisa Rússio: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio, código de referência: WR-DC-FAM-133.

²⁷ BARROSO, Carmem Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. Op. cit.

²⁸ Idem, p. 66.

²⁹ Segundo depoimento oral de Leda X. Telles, Waldisa se sentiu inclinada a esta decisão em razão de sua atração por um rapaz que cursava Direito no Largo de São Francisco. TELLES, Leda X. Op. cit.

³⁰ MARQUES, Teresa Cristina Novaes. “A regulação do trabalho feminino em um sistema

político masculino, Brasil: 1932-1943”. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro.)* [online], vol. 29, nº 59, 2016, p. 667-686. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942016000300006>. Acesso em: 15 Nov. 2020.

³¹ As reivindicações do feminismo negro incluem outras pautas e frentes históricas de mobilização antirracistas, que não podem ser deslembradas. São temas de fundamental importância, que não serão, no entanto, debatidos neste texto, considerando que Waldisa foi lida como uma mulher branca e de classe média.

³² A diferença de idade entre eles pode ser pensada como uma recorrência na assimetria de posição entre homens e mulheres.

³³ Algumas das entrevistadas que foram alunas de Waldisa Rússio contaram que seu marido, Rossine Camargo Guarnieri era muito presente nas atividades profissionais de Waldisa, por exemplo, nas ocasiões de apresentações públicas em palestras e seminários. Recordaram também que Waldisa era a responsável por conduzir o automóvel do casal, conduzindo Rossine para as suas atividades cotidianas. Há outros aspectos da relação que podem ser problematizados, como a influência do marido na formação política de Waldisa e mesmo a utilização que ela fez do sobrenome Camargo Guarnieri, que também se reverteu em capital simbólico. A questão do sobrenome das mulheres é um ponto de destaque, em razão de ser um emblema da transmissão familiar patriarcal.

³⁴ Da esquerda para a direita: Zélio Alves Pinto, Waldisa Rússio C. Guarnieri, Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos, Antônio Rubbo Müller, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), o então secretário de Cultura Jorge Cunha Lima, Dalmo Dallari, também da FESPSP, Wilton Tucci e Vicente Trevas da FESPSP.

³⁵ INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. *Subsídios para a implantação de uma política museológica brasileira*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1976, p. 5.

³⁶ Fonte: INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. Op. cit., p. 19-20. Se fizermos um exercício a respeito do campo museológico contemporâneo, podemos tomar como evidência o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que desde a sua criação em 2009, sempre foi presidido por homens, que se sucederam rapidamente nos anos recentes.

³⁷ COELHO, Priscilla Arigoni. *Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO), 2015.

³⁸ Da esquerda para a direita: Maria Célia T. M. Santos, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Maria Regina Baptista da Silva e Gabriela Pantigoso. Fonte: Acervo do Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade, da Fundação Joaquim Nabuco.

³⁹ SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus: MHN, 1932-1978. Alunos, graduandos e atuação profissional*. Rio de Janeiro: Escola de Museologia/UNIRIO, 2007.

⁴⁰ SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Recife/PE, Ago./2017. In: GOUVEIA, Inês. *Waldisa Rússio e a política no campo museológico*. Tese de doutorado em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018, p. 331.

⁴¹ Poucos meses antes de morrer, por exemplo, Waldisa Rússio, por meio do Instituto de Museologia da FESPSP — junto com outras e outros profissionais do campo — realizou o I Seminário Latino-Americano de Museologia no Memorial da América Latina, em 1990. Fonte: Arquivo IEB/USP, Fundo Waldisa Rússio, código de referência: WR-RS-IMSP-012.

⁴² Como exemplo, destacamos algumas mulheres que atuaram a partir da década de 1970 e que tiveram e têm papel ativo nas instituições museológicas brasileiras: Fernanda de Camargo Moro, Lourdes Novaes, Lygia Martins Costa, Therezinha de Moraes Sarmento, Lourdes Parreira Horta, Solange Godoy, Vera Tostes, Tereza Scheiner, Maria Cristina Oliveira Bruno, Marília Xavier Cury, Solange Godoy, Odalice Priosti, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa, Maria Célia T. Moura Santos, Mary do Rio, Sylvia Athayde, Neyde Gomes de Oliveira... Também é sempre importante recordar outras profissionais latino-americanas que foram fundamentais na elaboração de museus e museologias contemporâneas de Waldisa, tais como Marta Arjona em Cuba, Emma Valejo na Colômbia e Norma Rusconi na Argentina.

⁴³ COUTINHO, Inês. “Waldisa, o curso de Museologia e o alunado”. In: BRUNO, Cristina. Op. cit., p. 9-43.

⁴⁴ Waldisa Rússio explicitou que o sentido de “trabalhador social” que ela empregou é derivado da compreensão de Florestan Fernandes e de Paulo Freire. Cf. RÚSSIO. “Conceito de *cultura* e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação”. In: BRUNO, Cristina. Op. cit., p. 209.

⁴⁵ Trata-se da associação que Waldisa Rússio fundou e dirigiu em São Paulo, com vistas à representação das e dos museólogos paulistas, por meio da qual participou ativamente do processo de regulamentação da profissão na década de 1980.

⁴⁶ Associação que Waldisa Rússio fundou e presidiu, juntamente com outras e outros trabalhadores de museus em São Paulo.

⁴⁷ Arquivo IEB/USP, Fundo Waldisa Rússio, código de referência: WR-RS-ATM-001.

⁴⁸ Cf. RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000.

⁴⁹ RÚSSIO, Waldisa. In: ARANTES, António Augusto (Org.). *Produzindo o passado - Estratégias de conservação do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 88.

⁵⁰ Arquivo IEB/USP, Fundo Waldisa Rússio, código de referência: WR-RS-MI-045.